

COLONIZAÇÃO, IDENTIDADE GAUCHA E ASCESE DO TRABALHO EM MATO GROSSO, NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

DOI: 10.48075/ri.v26i2.34036

Ely Bergo de Carvalho¹

RESUMO: A forma como as identidades são associadas a processos de preservação ou degradação ambiental são, quase sempre, estereotipadas. Ao invés de buscar uma essência identitária que explique um dado padrão de relação com o mundo natural, se busca explicar como nossos padrões de interação com o mundo natural são articulados com a emergência de dadas identidades. O presente ensaio aborda o estudo de caso da identidade gaúcha na colonização dirigida no estado de Mato Grosso, nas décadas de 1970 e 1980. A busca de construção de uma ascese do trabalho de uma sociedade capitalista-industrial é o elemento articulador daquela identidade e do processo de colonização. Gerando, em algumas cidades, uma memória homogeneizadora de tal colonização, laudatória e ao mesmo tempo, hoje, de penitência.

Palavras-chave: Ascese do trabalho; Identidade gaúcha; Colonização dirigida.

COLONIZATION, GAUCHO IDENTITY AND WORK ASCETICISM IN MATO GROSSO IN THE 1970s AND 1980s

ABSTRACT: The way in which identities are associated with processes of environmental preservation or degradation are almost always stereotyped. Instead of looking for an identity essence that explains a given relationship pattern with the natural world, we seek to explain how our interaction patterns with the natural world are articulated with the emergence of given identities. This essay deals with the case study of gaúcho identity in directed colonization in the state of Mato Grosso in the 1970s and 1980s. The quest to build an asceticism of work in a capitalist-industrial society is the driving force behind that identity and the colonization process. In some cities, this has generated a homogenizing memory of this colonization, which is both laudatory and, today, penitential.

Keywords: Asceticism of work; Gaucho identity; Directed colonization.

¹ Doutor em História, professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: elycarvalho@ufmg.br.

INTRODUÇÃO

Qual o vínculo entra a identidade étnica gaúcha e a destruição da Amazônia e do Cerrado, nas décadas de 1970 e 1980 no estado do Mato Grosso, Brasil? Por quê, – mesmo os sul-rio-grandenses sendo demograficamente minoria, mesmo na elite, – o grande processo de colonização dirigida, que transformou profundamente a sociobiodiversidade de Mato Grosso, foi associada a figura do “gaúcho”?².

Foi no século XXI que a identidades gaúchas tiveram que lidar com a pecha de serem “gafanhotos”: destruidores contumazes das florestas (Rocha, 2006, p. 139). Essa é uma construção realizada a partir da década de 1990, foi a emergência do discurso verde (Barbosa, 1991) que associou – em algumas regiões – a identidade gaúcha aos aspectos ambientais negativos da expansão da fronteira agrícola. Por outro lado, tal identidade é associada frequentemente ao trabalho e ao crescimento econômico. Isso não mudou nos últimos quarenta anos, o que mudou foi a apreciação do crescimento econômico como “progresso” e agora visto de forma mais ambivalente, considerando suas contradições socioambientais.

Há determinados fenômenos que são mais bem compreendidos em uma duração mais longa. A colonização “gaúcha” em Mato Grosso, nas décadas de 1970 e 1980, é um exemplo disso. Não apenas porque temos que entender o processo de imigração que ocorreu no século XIX e início do XX que deu origem a grande parte da população que formou esse fluxo migratório, mas porque entendemos melhor o que está em disputa quando percebemos processo no longo prazo.

Iniciemos pelo primeiro conceito do título: “colonização”, Bosi afirma: “a colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante [...]” (Bosi, 1992, p. 13). Sendo assim:

[...] colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crenças que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer (Ibid., p. 15).

² Questionamento que levantei pela primeira vez no XI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, em São Leopoldo, Rio Grade do Sul. Ver: CARVALHO, 2021.

Submeter a natureza e os nossos semelhantes são atributos do processo de colonização. E não seria diferente para o que foi denominado por Waibel de “colonização européia”, do século XIX e XX (Waibel, 1958, p. 206). Processo amplamente estudado, que visava, entre outras coisas, “civilizar” o Brasil, no sentido de aproximar mais o Brasil do ideal de sociedade burguesa europeia. Sendo que em suas versões mais racistas acreditavam mesmo, que a inclusão de “sangue branco” iria embranquecer o Brasil e “melhor a raça”.

No Rio Grande do Sul as elites pecuaristas do Sul tiveram nos imigrantes europeus uma forma de tentar modernizar a agricultura, em especial, no que tange a produção de alimentos. Sendo, uma parte do contingente de aproximadamente cinco milhões de imigrantes que o Brasil recebeu, entre as décadas de 1840 e 1930, a maioria fugindo da pobreza e da expropriação na Europa. Um fluxo migratório estruturalmente vinculado ao processo de abolição oficial da escravidão. Por exemplo, como já demonstrou Zarth (2002), conforme tal população foi destinada às áreas de interesse marginal para aquela elite pecuarista, às áreas de florestas, houve uma expulsão da população de nacionais que tinham, no acesso a florestas, uma forma de não se subordinar totalmente ao trabalho da grande fazenda de gado pampiana. Sem a floresta, com esta sendo sistematicamente ocupada por imigrantes, ficava mais fácil subordinar os homens e mulheres livres pobres ao trabalho.

A eliminação das relações escravistas implicava a existência de um contingente populacional sem acesso livre aos meios de subsistência, o que era difícil num território de recursos abundantes e densidade demográfica muito baixa. Diante dessa situação, a estratégia dos grupos dominantes deu-se no sentido de eliminar os espaços disponíveis aos camponeses nacionais, submetendo-os ao trabalho nas estâncias, sob diversas formas de coerção ligadas ao controle da terra (Zarth, 2002. p. 194).

Tais imigrantes “civilizadores”, entretanto, tiveram, como se sabe, de adequar-se às técnicas da nova terra, mais do que impor o seu padrão de agricultura. O arado, por exemplo, em terras montanhosas e ainda cheias de raízes da floresta era de difícil utilização, era um instrumento criado para um clima temperado, que não demonstrava o mesmo ganho de produtividade em terras subtropicais, onde a forte insolação na terra revirada tendia mais a matar do que a revigorar os microorganismos presentes no solo. De forma que os imigrantes europeus e seus descendentes adotaram as práticas básicas nativas do cultivo da coivara, mas em pequenas propriedades, o que tende a ampliar o processo de degradação ambiental.

Embora se tenham desenvolvido modelos de manejo que, em alguns casos, mais sustentáveis e, ainda hoje, praticados (Dalmora, 2004).

De qualquer forma, por vários fatores, em tal processo de migração formou-se não uma “*via farmer*”, capitalista, como alguns dos seus propugnadores do século XIX desejavam, mas um “campesinato específico” (Seyferth, 2004, p. 69-150).

Apesar disso, e por causa disso,³ a superioridade da tecnológica e o “amor ao trabalho” dos imigrantes europeus e seus descendentes, foram argumentos utilizados para justificar a priorização destes em boa parte da expansão da fronteira agrícola durante o século XX no Brasil. São argumentos encontrados por Zarth (1999) na colonização no final do XIX e início do XX no Noroeste do Rio Grande do Sul. Mas também são encontrados dentre os motivos que levaram o Estado a financiar imigrantes japoneses para Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970, os japoneses eram agricultores considerados intrinsecamente modernos e trabalhadores, capazes de difundir essas características entre os “brasileiros”.⁴ Mesmo que esses brasileiros, no caso em sua maior parte, fossem descendentes de imigrantes italianos e alemães que a uma ou duas gerações foram trazidos para “civilizar/modernizar” a agricultura anteriormente existente.

Argumento que se repete quando do *boom* populacional – apenas na década de 1980 a população de Mato Grosso aumentou 78% – da colonização dirigida no atual Estado de Mato Grosso, nas décadas de 1970 e 1980. Devemos ter presente que os biomas do Cerrado e da Amazônia não foram gentis para aqueles que procuraram reproduzir lá sua condição de pequenos agricultores (Teixeira, 1999). Em condições ecológicas adversas, os saberes acumulados sobre como plantar, como derrubar a mata, demonstraram-se insuficientes. Todavia, no bojo do processo de implantação da chamada “Revolução Verde”, surge um padrão tecnológico com sementes selecionadas, máquinas automotoras agrícolas e agroquímicos que permitiu, para aqueles que já haviam acumulado capital para ingressar em tal padrão, a produção de novos cultivos nesses biomas, em especial a soja. Nesse contexto,

³ A forte presença de agricultores familiares é um fator fundamental para a representação do “Sul maravilha”, e para crença que se tratava de um “modelo” a ser seguido, no que fosse possível, pelo restante do país. (BOSI, 1992, p. 286; LENHARO, 1986).

⁴ Difícil de acreditar que três décadas antes havia uma intensa campanha para abolir a imigração japonesa, pois consideravam essa deletéria para a cultura nacional, dados os seus “vícios intrínsecos” e “incapacidade de ser assimilado”. Todavia, no pós-Segunda Guerra Mundial os japoneses não eram mais o “perigo amarelo” e, sim, aqueles que passavam por uma vertiginosa recuperação econômica, exemplos a serem seguidos. Como mostraram Martinello e Carvalho (2010) em pesquisa sobre os japoneses em Santa Catarina.

houve uma forte migração rural-rural em especial do Sul e Sudeste, (mas também dentro da própria região Sudeste e Sul), para o Centro-Oeste, para o Norte, em algumas áreas do Nordeste e, até mesmo, para fora do país, em especial para o Paraguai e Bolívia. Estabelecendo, nesses lugares, um padrão de agricultura dita “moderna” e competitiva em termos do mercado internacional de *commodities*.

Tal explosão populacional em Mato Grosso, esteve associado aos esforços da colonização contraria a reforma agrária, um processo de colonização dirigida promovido, principalmente – mas não exclusivamente – pelo Governo Federal. A pretensão era deslocar a população das regiões em que havia fortes conflitos agrários – Sul, Sudeste e Nordeste -, para regiões em que houve terra “disponível” – Centro-Oeste e Norte. Obviamente a terra não estava vazia, os “povos da floresta” – como vão se identificar, a partir da década de 1980, indígenas, seringueiros dentre outros – tinham suas formas próprias de ocuparem aquele território. Assim, apesar das tentativas de colonização dirigida, efetuada pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal, em especial no Estado Novo, foi só com a ditadura iniciada com o Golpe Civil-Militar de 1964, que reúnem-se condições para proceder tal colonização sistemática.

Então, o Governo Federal, o Governo Estadual e empresas colonizadoras privadas estiveram envolvidos na venda de terras nesse momento. E havia um colonizador ideal: o agricultor sulista. Como afirma Guimarães Neto:

Foi o pequeno proprietário empobrecido do Sul que se constituiu no tipo ideal de colono para as empresas colonizadoras da Amazônia, sobretudo na fase de implantação dos projetos, uma vez que, depois, o mercado de terras ficava aberto a ‘investidores mais caros’ (Guimarães Neto, 2002, p. 106-107).

Identificar-se com esse perfil, sulista, descendente de europeus, e como veremos “gaúcho”, possibilitava o acesso a um “capital relacional”, o qual facilitava a compra de terras, financiamento, assistência técnica, dentre outras vantagens. Esse contexto favorecia especialmente os agricultores tecnificados e capitalizados do Sul e Sudeste, e também favorecia a concentração fundiária, mas tal processo de colonização não era apenas uma operação econômica, pois os sujeitos traziam “nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer” (Bosi, 1992, p. 15). Ou seja, não se trata apenas de *now how* diferente, mas de racionalidades diferentes que se encontram na fronteira agrícola.

A etnografia na década de 1990 assim registra a interpretação de um fazendeiro brasileiro, gaúcho, sobre a população e as terras em que vivia na Bolívia:

‘- Aqui dá para viver com um pouco mais do que nada. Nós chegamos e compramos as coisas mais caras do que são, mesmo estando ridiculamente baratas, ganhamos dinheiro, mostramos que o trabalho traz benefícios, temos vontade de ganhar dinheiro, acumular riquezas. Isto acaba mudando a cabeça deles. Pronto... *esculhambamos o paraíso.*’ (Kaiser, 1999, p. 139) [grifo nosso].

Tal afirmação pode ser encontrada em Mato Grosso, seja a respeito das populações indígenas, extrativistas (como ribeirinhas e seringueiros), de pequenos agricultores autóctones, ou até mesmo de migrantes nordestinos que vieram para a região na mesma época (Freitas, 2006). Todos esses grupos foram o “Outro”, em relação ao “gaúcho trabalhador”. Contudo, se por um lado eles receberam a pecha de “preguiçosos”, na tentativa de deslegitimar seu acesso à terra; por outro lado, tal população teve um investimento simbólico que favoreceu sua reivindicação por terras com a emergência do novo ambientalismo, nos anos 1980, ainda que, foi uma positividade desses diferentes modos de vida em termos bastante idealizados.

A ideia de uma população pobre que vive quase sem trabalhar graças a uma natureza dadivosa já era produzida pelos viajantes coloniais sobre as Américas. Todavia, nas últimas décadas, tal ideia é apropriada em uma representação desses povos como “bons selvagens ecológicos”. Ou seja, em grande parte é uma imagem positiva das comunidades extrativistas e de pequenos agricultores que foi produzida pelo movimento ambiental, ao identificar esses modos de vida como estando em uma suposta “harmonia com a natureza” e pelos movimentos sociais que incorporaram tal argumento legitimador em sua autorrepresentação. Mas devemos lembrar sempre no potencial de transformação que tais comunidades ditas tradicionais têm de seu ambiente, não estando elas em “harmonia” com a natureza (Dean, 1996, p. 38).

Todavia, por maiores que sejam as alterações ambientais que comunidades extrativistas, ligadas ao mercado internacional ou agricultores familiares que se utilizavam da coivara, pudessem causar, em especial em longo prazo, não eram comparáveis à degradação gerada pelos projetos de colonização, pautados no corte raso da floresta amazônica e do Cerrado. Desta forma, as tecnologias utilizadas pelos autóctones deslegitimada como “primitivas e inferiores”, quando julgada sob uma perspectiva ecológica podem ser

consideradas mais viável em longo prazo. Hoje em dia, aqueles que defendem um agroecossistema ecologicamente sustentável e socialmente justo, consideram fundamental a valorização desses saberes tradicionais, não para reproduzir o passado (modo de vida, tecnologias) no futuro, mas para produzir um futuro diferente que incorporem tais saberes locais/tradicionais em novos modelos de agroecossistemas, mais sustentáveis. Desta forma, a pedra rejeitada pode tornar-se a pedra angular (Altieri, 2002).

No caso estudado, apesar de uma fração de elite regional sustentar um projeto modernizador extrativista, na primeira metade do século XX; foi a eliminação das florestas e seus povos que veio a tornar-se uma política pública sistemática, na segunda metade do século XX (Galetti, 2012). Mato Grosso no final do século XIX e início do século XX, tinha uma economia pautada na produção de gado, em engenhos de cana-de-açúcar decadentes e no extrativismo. Estrangeiros e os setores mais esclarecidos da sociedade criticavam fortemente as atividades extrativistas, seja a feita por grandes empresas, como, então, era a *Mate Laranjeira* (que extraía erva-mate) ou por “sertanejos”, por serem imprevidentes, “sem técnica”, que destruíam uma produção no longo prazo em nome de uma maximização imediata da riqueza. Então, a elite intelectualizada de Mato Grosso possuía um projeto de modernização pautada em novas tecnologias extrativistas e na abertura de vias de transporte e comunicação. Mas no decorrer da década de 1930, tal projeto é suplantado por outro. O projeto extrativista, que percebia a floresta em pé como riqueza natural a ser preservada, foi substituído pelo projeto nacional da colonização para a agricultura. A “terra nua” e trazer braços migrantes para torná-las produtivas agora era o que importava (Castro; Galetti, 1994, p. 2-188). A população pobre nativa era vista como incapaz de tal transformação. Tal como nos ensina Said (1995), o colonizador (e até mesmo a elite local) olha para o espaço sempre “vazio” da colônia, pois não percebe os colonizados como atores capazes de ação.

Isso leva ao outro termo do título desse texto: “a ascese do trabalho”. Para se entender a centralidade de uma ascese do trabalho, é necessário pensá-la na longa duração. Ou seja, deve-se pensá-la como parte da luta por estabelecer a disciplina do trabalho em uma sociedade em modernização, na qual não se busca apenas implantar uma nova tecnologia industrial, mas formular novos valores e uma nova forma de se relacionar com o tempo, no qual o “tempo seja dinheiro”, o tempo seja voltado para a produção. O que não se dá de forma homogênea e nem sem conflito, como argumentava, já em 1967, Thompson: “o que os

moralistas mercantilistas disseram sobre o fato de os ingleses pobres do século XVIII não reagirem aos incentivos e às disciplinas”, sendo preguiçosos incorrigíveis “é frequentemente repetido, por observadores e por teóricos do crescimento econômico, a respeito de povos dos países em desenvolvimento na época atual” (Thompson, 1998, p. 267-304). No Brasil, desde pelo menos, a abolição da escravidão em 1888, vários projetos modernizadores procuraram deslegitimar qualquer *modo de vida* – caipira, sertanejo, caiçara, indígenas etc. – no qual o tempo não seja principalmente “dinheiro”, no qual o trabalho não seja uma missão central na vida, introjetados tais valores na forma de uma ascese do trabalho.

Todavia, não se trata de uma simples oposição entre uma concepção capitalista para o trabalho e para a maximização dos lucros; e outra para qual o trabalho é um “meio de sustento”. Para grupos que mantêm ou mantiveram uma campesinidade forte, o trabalho é uma “categoria nucleante” (Woortmann, 1987, p. 23), centro de sua visão de mundo e inseparável de “família” e da “terra”. De toda forma, por mais que sejam múltiplos os lugares do trabalho nas culturas, a representação do trabalho ligado à formação de uma sociedade moderna-industrial, tem no estereótipo do preguiçoso, o seu contraponto. No nosso caso, o “brasileiro preguiçoso”, sem dúvida, tem aí a linha de força fundamental de sua formação, o seu Outro (Linhares; Silva, 1999, p. 85).

Na disputa pelo acesso à terra, os “estabelecidos” se autorrepresentaram como os “trabalhadores”, e os Outros como “preguiçosos”. De tal forma, os membros do *establishment* têm reforçado um controle social para manter sobre si uma dada conduta, voltada para o trabalho; e para os *outsideres* (Elias; Scotson, 2000), a deslegitimação e a superioridade de poder econômico dos “estabelecidos” forçavam em direção à adoção de uma dada ética do trabalho.

Desta forma, se estabelece uma configuração em que colonizadores (*establishment*) e colonizados (*outsideres*) vão ao encontro de uma ascese do trabalho, enquanto produção e acumulação *ad infinitum*.

Mas por que são os “gaúchos” que têm o papel de “esculhambar o paraíso” do Outro? No século XIX gaúcho identificava, no Rio Grande do Sul, o habitante do bioma da Pampa, que dedicava-se a cuidar do gado bovino. Foi só na primeira metade do século XX que emergência de uma elite local no Rio de Sul proveniente no norte do estado e descendente da imigração alemã e italiana, levou a consagração dessa identidade como gentílico para os nascidos no

estado. Por um lado, a velha elite do Pampa se sentia ameaçada pela nova elite de “imigrantes”; por outro era uma identidade que poderia ser apropriada pela nova elite. Afinal, em meados do século XX havia mais Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), na serra (norte) do que no Pampa (sul) do Rio Grande do Sul. De forma semelhante, com a migração de sul-riograndenses para Oeste de Santa Catarina e Oeste do Paraná, na primeira metade do século XX e, posteriormente, na segunda metade do século XX, com a migração de pessoas do Sul do Brasil para o Centro-Oeste, Norte e para o Paraguai, o número de CTGs fora do Rio Grande do Sul, chegou ao final do século passado, maior que dentro do estado. Assim, aqueles que no Rio Grande do Sul se identificavam como “alemães”, “italianos” adotaram preferencialmente a identidade gaúcha, em especial ao migrarem para fora do seu estado natal. A bibliografia sobre o tema há muito indicou a existência de uma “rede étnico-regional gaúcha”, na qual a identidade étnica gaúcha presente nas fronteiras agrícolas, nesse processo de colonização, pressupunha a conquista de novas terras, na qual o Outro é deslegitimado e domesticado (Kaiser, 1999, p. 35; Haesbaert, 1997).⁵

Um bom exemplo, dentre outros, é a pesquisa feita por Rocha, sobre Lucas do Rio Verde, cidade mato-grossense fundada em 1986 depois de poucos anos de colonização dirigida. Dos vários elementos diacríticos para a identidade gaúcha, que marcam a fronteira entre Nós e o Outro, o “trabalho” é um elemento central. Ocorre que o grupo de “posseiros” que comprou grandes propriedades logo no início da colonização da região, a maioria vinda do Rio Grande do Sul, identificavam-se como “gaúchos”, sendo o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), fundado por eles, um elemento aglutinador central na cidade. De tal forma que os fazendeiros paulistas que fundaram a cooperativa, outra instituição fundamental para o sucesso econômico da cidade, na medida em que possibilitou a obtenção de financiamentos estatais e a agregação de valor por meio da constituição de agroindústrias, em grande parte, se integraram ao CTG e passaram a identificar-se com o tradicionalismo “gaúcho”. Todavia, um grupo de migrantes sul-riograndenses estabelecido na região pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em lotes de 200 hectares, mas que não obtiveram sucesso econômico, tendo, na sua grande maioria vendido os lotes para os “fazendeiros” mais antigos, eram silenciados nas entrevistas, e quando os moradores “gaúchos” da cidade se

⁵ Sobre etnicidade, ver: POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 1998, sobre identidades, ver: OLIVEIRA, 2006.

referiam a tais sul-riograndenses, os identificavam como gaúchos anômicos, pois – supostamente – lhes faltava o “trabalho”, o trabalho acompanhado do sucesso financeiro (Rocha, 2006).

Quando abordamos os números sobre a migração para o Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980, podemos perceber que os sul-riograndenses não foram tão expressivos em termos populacionais. O Censo Demográfico de 1991 informa que, dos brasileiros natos por local de nascimento, o Estado do Paraná aparece em primeiro lugar com 227.373, seguido de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e, só então, em sexto, o Rio Grande do Sul, com 67.845 natos morando em Mato Grosso.

Mato Grosso - Brasileiros natos por unidade da Federação de nascimento - 1991	
1- Paraná	227.373
2- Minas Gerais	104.721
3- São Paulo	132.082
4- Goiás	94.756
5- Mato Grosso do Sul	72.905
6- Rio Grande do Sul	67.845
7- Bahia	47.164
8- Santa Catarina	39.403
9- Outros	139.373
Mato Grosso	1.095.641
Total	2.021.263

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991.

Há que se considerar, obviamente, que a população do Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná são, em sua maioria, descendentes de migrantes sul-riograndenses, e possuem vários elementos culturais que os identificam com o Rio Grande do Sul. Mas, apenas as migrações internas do Rio Grande do Sul para os outros Estados sulinos não explicam por que tal população minoritária passou a identificar uma população bem maior, originária de

outros estados. Afinal, às vezes, em Mato Grosso denomina-se genericamente todo sulista de “gaúcho”. E ainda é presente a ideia de que os “gaúchos” “invadiram” Mato Grosso.

Esclarecedor é conhecer cidades como Sapezal. Uma cidade, cujo loteamento começou em 1987 e em 1994 já havia se tornado município, fundada pelo pai do ex-governador do Estado e um dos maiores produtores de soja do mundo, Blairo Maggi. Cidade, na qual, a presença do tradicionalismo gaúcho é muito forte, sendo considerada uma cidade de “cultura gaúcha”. Mas, professores da cidade, ao averiguarem a origem de seus alunos, perceberam que a maioria dos alunos era nordestino, que migraram pela oportunidade de emprego nas agroindústrias e nas fazendas⁶ (Freitas, 2006).

A rede social formada pelos migrantes gaúchos, e o apoio institucional do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG, criaram uma sobre visibilidade para tal identidade. Que, enquanto grupo étnico, recebe adesões não apenas de sul-riograndenses e seus descendentes, mas de outros grupos. Apesar de nem todos os “gaúchos” serem fazendeiros, bem pelo contrário, a identidade “gaúcha” no Estado de Mato Grosso é associada ao *establishment* (KAISER, 1999, p. 150). Todavia, independente de serem patrões ou empregados, a adoção do “trabalho” como uma característica para demarcar a fronteira entre o Nós e o Outro contribui para impelir tanto aos “gaúchos” como aos Outros em direção de uma ascese do trabalho, na qual tempo é dinheiro, e trabalho é igual a produção de riqueza pecuniária.

Desta forma, o projeto de modernização adotado pela elite mato-grossense na década de 1930, pode ser tomado como tendo sua realização na “colonização gaúcha”. Como afirma um entrevistado “cônsul do tradicionalismo gaúcho”, quando perguntei sobre o papel dos gaúchos na história de Mato Grosso afirmou: “[...] eu acho que, queira ou não queira, a cultura gaúcha aqui no Estado do Mato Grosso [...] alavancou a potência que o Mato Grosso é por natureza [...] acorda[ram] a potência do Mato Grosso que tava tão parada” (Busanella, 2010).

No entanto, longe de “dormir em berço esplêndido”, a população pobre, até então, vivia por uma racionalidade não produtivista que foi e vai de encontro a uma ascese do trabalho moderna.

⁶ Caso semelhante foi constatado em Tangará da Serra–MT, por professores locais, conf.: FREITAS, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, há duas considerações gerais, extraídas desse breve ensaio sobre a “colonização gaúcha” em Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980, uma que se refere à relação com os seus semelhantes, e a outra sobre a relação com a natureza.

A primeira é que ter o “trabalho” como um fator diacrítico da identidade “gaúcha” em relação ao Outro é uma forma de deslegitimar o Outro e de tentar implantar uma ascese do trabalho, produtivista, típica da sociedade capitalista-industrial.

A segunda é que, afinal, os “gaúchos” não são os “gafanhotos das florestas”, apesar de que a identidade étnica gaúcha esteve e está⁷ imersa em um processo de colonização que implica o controle da terra/natureza e dos semelhantes. Desta forma, as identidades étnicas não são os fatores que explicam a relação que se tem com a natureza, mas os fatores a serem explicados, de como distintas configurações sociais constroem identidades étnicas e relações diferenciadas com a natureza. Em um mundo, com hoje, em que é vigente o “multiculturalismo”, em que os problemas sociais cada vez mais são resolvidos por uma via identitária, devemos saber pensar os problemas sociais mais amplos no que eles transcendem (e às vezes ajudam a formar), as fronteiras identitárias.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Tradução Eli Lino de Jesus, Patrícia Vaz. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BARBOSA, L. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

BUSANELLA, Eduardo. *Eduardo Busanella: depoimento*. [Entrevista concedida a] Ely Bergo de Carvalho [12 jun. 2010]. Cuiabá, 2010.

⁷ Uma vez que a expansão da fronteira agrícola, com a ampliação de complexos agroindustriais como o da soja, ainda hoje ocorre nas áreas já citadas.

CARVALHO, E. B. de. Esculhambando o Paraíso: colonização gaúcha, ascese do trabalho e história ambiental. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia. (org.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 117-126.

CASTRO, M. I. M.; GALETTI, L. S. G. Um histórico dos Usos da Biodiversidade em Mato Grosso. In: CASTRO, C. F. A. *Diagnósticos do setor florestal em Mato Grosso*. Brasília: IBAMA/ITTO/FUNATURA, 1994. p. 2-188.

DALMORA, E. *O Papel da Agricultura Familiar no Processo de Conservação da Mata Atlântica em Santa Catarina*: Modos de apropriação e transformações no sistema de gestão ambiental na década de 1990. Tese (Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2004.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os Outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FREITAS, L. F. R. *A pedagogia do gauchismo*. Uma análise da diáspora gaúcha. Tese (Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8578>. Acesso em: 22 ago. 2024.

GALETTI, L. da S. G. *Sertão, Fronteira, Brasil*: Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2012.

GUIMARÃES NETO, R. B. *A Lenda do Ouro Verde*: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

HAESBAERT, R. *Dês-territorialização e identidade*: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói, Ed. da UFF, 1997

KAISER, J. *Ordem e Progresso*: O Brasil dos gaúchos. Florianópolis: Insular, 1999.

LENHARO, A. *Colonização e Trabalho no Brasil*: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. *Terra prometida?* Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINELLO, A. S.; CARVALHO, E. B. Japoneses em Santa Catarina: Etnicidade e Modernização Agrícola. In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). *Imigrantes Japoneses no Brasil*: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: EDUSP, 2010. p. 97-121.

OLIVEIRA, R.C. *Caminhos da identidade*: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

POUTIGNAT, P.; STREIFF_FERNART, J. *Teorias da etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

ROCHA, B. N. *“Em qualquer chão: sempre gaúcho!”* – A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ: 2006.

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEYFERTH, G. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, E.F. (org.). *Significados da terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 69-150.

TEIXEIRA, C. C. *Visões da Natureza: seringueiros e colonos em Rondônia*. São Paulo: EDUC, 1999.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”: O Campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília, p. 11-73, 1987.

ZARTH, P.A. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

ZARTH, P.A. História Regional/História Global: uma história social da agricultura no Noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil). *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 1, n.1, p. 190-128, jun. 1999.

Recebido em 22 de agosto de 2024.

Aprovado em 16 de setembro de 2024.

